

OS ESTUDOS DA MOBILIDADE URBANA DAS CIDADES PARA OS IDOSOS

RESUMO

O artigo apresenta e analisa os desafios associados ao envelhecimento ativo das pessoas em busca de uma melhor qualidade de vida, evidenciando a mobilidade urbana como uma oportunidade para estimular a independência e autonomia do idoso. A partir dessas reflexões são apresentadas três ferramentas de pesquisa para diagnóstico urbano que quando trabalhados em conjunto possibilitam analisar, quantificar e qualificar a heterogeneidade do atendimento ao idoso, afirmando a imagem da Cidade Amiga do Idoso legitimado pelas Organizações da Nações Unidas como um parâmetro de referência.

PALAVRAS-CHAVE: Idoso. Mobilidade urbana. Qualidade de Vida.

SUMMARY

This paper presents and analyzes the challenges associated with aging active people in search of a better quality of life, showing urban mobility as an opportunity to foster independence and autonomy of the elderly. From these reflections, are presented three research tools for diagnosing urban worked together when possible to analyze, quantify and qualify the heterogeneity of care to the elderly, legitimized the reference of the image: Age-Friendly City by the Organizations of the United Nations.

KEYWORDS: Elderly. Urban mobility. Quality of Life.

RESUMEN

Este artículo presenta y analiza los retos asociados con el envejecimiento las personas activas en la búsqueda de una mejor calidad de vida, mostrando la movilidad urbana como una oportunidad para fomentar la independencia y la autonomía de los ancianos. Dentre estas reflexiones son discutidos tres herramientas de búsqueda para el diagnóstico urbano, cuando trabajaron juntos sea posible para analizar, cuantificar y calificar la heterogeneidad de la atención a los ancianos, diciendo que la imagen de la Ciudad Amiga del Anciano legitimados por las organizaciones de las Naciones Unidas como punto de referencia .

PALABRAS CLAVE: Ancianos. La movilidad urbana. Calidad de Vida.

1. Introdução

De acordo com dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentados em dezembro de 2009, no ano de 2030 o número de idosos no país será quase igual a dos jovens. Assim, uma nova pirâmide populacional, com características de um acelerado

envelhecimento, deixando para traz o formato com base alargada e apontando para um aumento de mais de três anos na expectativa de vida, no período de 1998 a 2008.

Ao mesmo tempo, que esses dados estão sendo assimilados, questiona-se sobre o cuidado, a qualidade de vida e a adaptação das cidades, de forma a atender a esta demanda crescente de pessoas com mobilidade reduzida e a incentivar a independência de seus deslocamentos pelos lugares. Pois não basta apenas focalizar o aumento da expectativa de vida, mas sim qualificar esses anos.

Envelhecer é uma situação normal da vida a partir do momento que nascemos. Todavia, envelhecer com qualidade de vida é um dos fatores fundamentais no decorrer dessa caminhada, sendo então, a preocupação com a moradia uma contribuição para o bem estar do indivíduo, tanto quanto a sua participação na sociedade. A moradia estável permite a localização do idoso em seu espaço e a manutenção de sua identidade.

2. Considerações com relação a pessoa idosa

Segundo Horta(1979), as necessidades são universais, portanto comuns a todos os seres humanos, o que varia de um indivíduo para outro é a sua manifestação e a maneira de satisfazê-la e atendê-la. Este mesmo pensamento, pode ser confirmado por ASCHER (2009, p. 67), que afirma que “A maior individualização pressupõe mudanças na maneira como os cidadãos organizam seu território e emprego do tempo. Eles se esforçam para controlar individualmente seu “espaço-tempo” e, para tanto, utilizam mais intensivamente todos os instrumentos e tecnologias que aumentam sua autonomia.”

Percebe-se justamente que o que está em jogo na velhice é a autonomia e a identidade da pessoa, ou seja, sua capacidade de determinar e executar sua própria vontade, onde ao mesmo tempo, a capacidade funcional surge como um novo paradigma de saúde, particularmente importante para o idoso.

Segundo PRADO(2003) apud PRADO(2010, p.61), é importante ressaltar que independentemente das estratégias individuais, há providências que devem ser tomadas no meio, edificado ou não para uma melhor qualidade de vida”. Não se pode deixar de considerar que, ao no século 21, a maior parte das pessoas idosas estará vivendo em áreas urbanas.

A cidade pode ser representada pela sensação-interação entre o homem e as barreiras visíveis ou não, impostas no decorrer de cada momento. Ou seja, o fato de haverem ruas,

calçadas, parques, edifícios, pessoas circulando, nos faz criar, imaginar, apropriar-se da realidade do convívio, a noção do público e privado.

A apropriação do espaço envolve a interação usuário/espaço, onde o usuário atua moldando o espaço que, em contrapartida, torna-se receptivo, estando conectado a ele no passado, presente e futuro, decorrendo daí o vínculo com a preservação da identidade. Mas a apropriação também é relativa ao fenômeno de ambiência, que é a necessidade de estar confortável enquanto atua e cuida do espaço.

SANTOS(2005, p.68), comenta que o sistema de cidade constitui o arcabouço econômico, político e institucional de um país, onde a rede urbana é um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infra-estrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações.

O fato das cidades terem constituídos centros de produção e consumo, as faz também pólos de geradores de distribuição de fluxos e nós de circulação, sendo fundamentais os conceitos de estrutura, função e forma para o entendimento do espaço, seus movimentos e atividades.

A afirmação de LANCHOTTI e BRUNA (2010, p.197) “a mobilidade no espaço urbano é condição básica para a conquista da cidadania de uma sociedade”, ressalta a importância do planejamento das cidades como mitigador da movimentação e interlocutor do envelhecimento ativo propiciado pelo convívio social.

De acordo com a Secretaria de mobilidade urbana sustentável(2008), a política de mobilidade verificada na quase totalidade das cidades brasileiras, ao invés de contribuir para a melhoria da qualidade da vida urbana, têm representado um fator de sua deterioração, causando redução dos índices de mobilidade e acessibilidade, degradação das condições ambientais, desperdício de tempo em congestionamentos crônicos, elevada mortalidade devido a acidentes de trânsito e outros problemas, já presentes até mesmo em cidades de pequeno e médio portes.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável define mobilidade como: “um atributo associado às pessoas e aos bens; corresponde às diferentes respostas dadas por indivíduos e agentes econômicos às suas necessidades de deslocamento, consideradas as dimensões do espaço urbano e a complexidade das atividades nele desenvolvidas”, ou, mais especificamente: “a mobilidade urbana é um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano.

Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infra-estrutura (vias, calçadas etc). É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade.” (Ministério das Cidades, 2004c, p. 13)

Nos dois casos, a idéia de mobilidade trata dos deslocamentos independentes da utilização de qualquer meio de transporte - afinal a sua primeira manifestação é andar a pé, e conseqüentemente, independente da escolha modal (bicicleta, automóvel, carroça, ônibus, trem etc). Na verdade, durante seus deslocamentos, as pessoas costumam desempenhar, sucessivamente, diversos papéis: pedestre, passageiro do transporte coletivo, motorista etc.; ou variá-los em função do motivo, do momento ou de outras condições particulares dos seus movimentos.

A circulação urbana, ou o ato de circular pela cidade, é o exercício da mobilidade mediante o próprio esforço pessoal (a pé ou de bicicleta) ou através de meios motorizados de posse ou uso pessoal, ou providos por terceiros, através de serviços oferecidos. Em todas as situações, a sua manifestação efetiva se dá na infra-estrutura urbana. (Ministério das Cidades, 2006)

Segundo a pesquisa de Mobilidade da população urbana (NUSSBAUM, 2007), 64% das pessoas com 60 anos ou mais tem como principal meio de transporte ônibus ou micro-ônibus. Ou seja, sem o pleno direito de ir e vir com autonomia e independência, as pessoas idosas não conseguem sequer chegar aos hospitais, ao trabalho ou aos locais de lazer, dificultando o funcionamento para uma vida digna e com cidadania.

“O desenvolvimento dos meios de transporte oferece novas possibilidades de escolha das localizações residenciais, provocando agrupamentos de população em bases que podem ameaçar a coesão social e urbana.” (ASCHER, 2009, p. 74) A falta de mobilidade urbana é frequentemente a razão da permanência do idoso em sua moradia.

Além disso, esse isolamento para uma vida domiciliar é indicado por diversos especialistas como um fator de saúde, mesmo para aqueles que apresentem dependências para a realização de atividades da vida diária, pois na velhice o espaço social do idoso tende a ficar restrito ao domicílio (PAPALEO-NETTO, 2000).

4. A qualidade de vida nas cidades

Todo indivíduo tem capacidade de ajustar sua vida à condição em que se encontra, de acordo com suas experiências de sucesso e fracasso ao longo da vida, ter uma visão

positiva de si mesmo com a possibilidade de gerir sua própria vida diante das dificuldades, é o passo inicial para que isso se faça acontecer.

Conforme Neri(1993), a qualidade de vida na velhice deve ser promovida a partir de uma visão sociocultural, já que se trata da transformação de um indivíduo durante seu curso de vida, envolvido em um contexto histórico cultural subjetivo. Portanto, vários são os indicadores de bem estar na velhice: “(...) *longevidade; saúde biológica; saúde mental; satisfação; controle cognitivo; competência social; produtividade; atividade; eficácia cognitiva; status social; renda; continuidade de papéis familiares e ocupacionais, e continuidade de relações informais em grupos primários (principalmente rede de amigos).*” (NERI, 1993, p.10)

Ao procurar uma definição para o conceito relativo à qualidade de vida do idoso, encontram-se várias abordagens. SAHOP (1978,p.18), comenta que qualidade de vida: “*São aqueles aspectos que se referem às condições gerais da vida individual e coletiva: habitação, saúde, educação, cultura, lazer, alimentação etc. O conceito se refere, principalmente, aos aspectos de bem-estar social que podem ser instrumentados mediante o desenvolvimento da infra-estrutura e do equipamento dos centros de população, isto é, dos suportes materiais do bem-estar.*”

Conforme Neri e Freire(2000), o envelhecimento bem sucedido pode ser entendido como uma competência adaptativa do indivíduo, quando existe uma capacidade para responder com flexibilidade aos desafios do corpo, da mente e do ambiente. Esses contam com uma adaptação emocional, cognitiva e comportamental, que surge de forma diferenciada para cada indivíduo, conforme sua história, cultura, organização de vida, fatores genéticos e sociais.

A velhice bem sucedida depende do desejo e da orientação do idoso para convergir esforços na seleção de funções prioritárias à sua adaptação ao contexto em que vive, de acordo com suas capacidades biológicas, suas habilidades e motivações, respeitando o equilíbrio entre seus limites e suas potencialidades.

5. Métodos de análise de mobilidade urbana nas cidades

A Organização Mundial de Saúde iniciou em 2002, o Programa Cidade Amiga do Idoso, que avalia as cidades quanto a adaptação de suas estruturas e serviços para que sejam acessíveis e incluídas de pessoas idosas, com diferentes necessidades e capacidades.

Inicialmente, foi aplicado o programa em 33 idades de 22 países, sendo 1500 idosos entrevistados demonstrando aspectos positivos e os obstáculos que eles encontravam na cidade em que viviam, em relação a oito quesitos: prédios públicos e espaços abertos; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; e apoio comunitário e serviços de saúde.

Os resultados quanto aos problemas, as preocupações e as sugestões que foram expressas pelos idosos foram complementadas pelas informações de cerca de 750 cuidadores de idosos e/ou prestadores de serviços. *“O governo das cidades dá lugar, dessa forma, a uma governança urbana, que pode ser definida como um sistema de dispositivos e de formas de ação que associa às instituições alguns representantes da sociedade civil, a fim de elaborar e implementar as políticas e as decisões públicas.”* (ASCHER, 2009, p. 96)

A partir dessas consultas, feitas no mundo todo, a OMS em 2006, identificou as características-chave de uma cidade amiga do idoso e preparou uma lista de checagem para cada um dos oito quesitos identificados, originando o Guia da Cidade Amiga do Idoso (OMS, 2007).

Este Guia, não é um sistema para comparar cidades, na verdade, trata-se de uma ferramenta para uma cidade se auto-avaliar e um mapa onde possam ser anotados os progressos alcançados. Esta prática gera ideias e perspectivas para ir além do determinado no momento da pesquisa, mesmo porque o envolvimento dos idosos no trabalho é de fundamental importância para a continuidade e aperfeiçoamento.

A identificação das interfaces ativas ou sociais e das interfaces passivas ou físicas, possibilita caracterizar as microregiões formadas no município. É nestas microregiões culturais onde coexistem em coincidência uma cultura subjetiva (percepções, valores, necessidades e aspirações de um grupo social particular) e uma cultura objetiva (o habitat que ele mesmo conformou para satisfazê-lo).

Em cada microregião organiza-se um sub-centro que, atuando como local de compra, trabalho e lazer da comunidade no seu cotidiano, polariza e desenvolve um grupo cultural. Uma centralidade maior organiza todo o conjunto, e possibilita e inter-relação entre as microregiões. Este sistema permite o pluralismo, o desenvolvimento de distintas entidades, e mantém uma articulação entre as partes.

Destaca-se também quais são as funções privadas e públicas que estão dispostas aos

moradores, que os fazem fluir pela cidade e interagir como um grupo cultural. O estabelecimento de fronteiras que diferenciam e qualificam o espaço, está diretamente ligada ao “interior” (dentro de algum lugar) e ao seu oposto, ou seja “exterior” (fora dele, no espaço infinito). A diferenciação se dá pela escolha, definição, marcação e construção de lugares. Isto acontece quando o homem constrói um muro ou demarca uma área retirando ou plantando vegetação. A qualificação se dá pelo envolvimento do lugar com as atividades humanas. Ao criar lugares arquitetônicos, o homem está diferenciando e qualificando espaços para desenvolver suas atividades. Por isso, todos os ambientes arquitetônicos são submetidos a este processo de demarcação de território interno/externo, que também significa distinguir o que é privado do que é público, quais são as interfaces que podemos correlacionar no desenvolvimento de uma cidade.

A intensificação de equipamentos urbanos nos bairros, possibilita a interrelação entre as pessoas pertencentes a uma microregião e a formação de microculturas, ao passo que a valorização de equipamentos na área central permite a inter-relação entre pessoas de diferentes grupos culturais.

Quando uma cidade é analisada como interface, busca se questionar o que influi no seu desenvolvimento ou na sua estagnação, quais são as funções privadas e públicas que estão dispostas aos moradores, que os fazem fluir pela cidade sem causar barreiras visíveis ou não, sem causar conflitos e contradições, buscando na verdade a identidade local, seja ela proporcionada pela história patrimonial, pela disposição das edificações, o que inclui gabarito, fachadas, cores, distanciamento das vias públicas, a presença de praças, áreas verdes, buscando a interação entre a identidade social e regional da cidade em questão, levando-se em consideração aspectos econômicos, sociais e históricos, lembrando que a formação de uma comunidade urbana baseia-se na relação entre indivíduos que se correlacionam entre si no simples fato de andarem na mesma rua, apesar de nunca sequer se olharem.

O conceito de interfaces tem origem tanto na ecologia quanto na física, apresentando características analíticas e operacionais, ou seja, são na verdade componentes da própria estrutura urbana que ocasionam mudanças positivas ou não à formação regional/urbana, podem na verdade, criar conflitos entre as classes sociais, entre bairros, ou mesmo entre ruas, dependendo das funções a que estão expostas.

Podem caracterizar-se como setores de um cidade ou região, que apresentam valor simbólico e social, seja por sua localização territorial particular, pelas funções ou conflitos,

podendo ser representados através de instituições, infra-estrutura, equipamentos, entre outros, capazes de provocar mudanças na estrutura urbana/regional, o que nos faz pensar na correlação entre arquitetura, cidade e território.

Interface é o ponto de encontro e sobreposição de sistemas distintos, através do qual podem dar-se múltiplos canais de interrelação, capazes de conter intensos fluxos de matéria, energia e informação. Em termos da configuração sócio-espacial urbana, atuar através de interfaces demarca um novo ponto de vista para a leitura ambiental dos lugares urbanos, nos quais tais fluxos e trocas podem ser identificados e avaliados.

Uma adequada articulação deste sistema de interfaces se expressa na constituição histórica das cidades: suas casas e praças, instituições de ensino, saúde e serviços, seus bairros e seu centro, onde no decorrer dos dias a identidade social da cidade e do indivíduo integram-se.

Descobrir os tipos de interfaces, suas variáveis e seus principais indicadores, seguindo uma metodologia de inter-relações, permite-nos diagnosticar a identificação dos principais campos de atuação sobre os quais deve-se realizar um processo de transformação

Segundo ANDRADE(2000, p.1) *“de modo geral, essas estratégias devem trabalhar em um jogo amplo de escalas espaciais (macro, meso e micro escalas) e temporais (longo, médio e curto prazos), encadeando uma variada gama de respostas projetuais no sentido da sustentabilidade ambiental do sistema.”*

PESCI(1999, p.54), comenta que *“as interfaces por concentração ou interação podem ser passivas/físicas (naturais ou construídas) ou ativas/sociais. Podendo ser benéfica a condição humana ou proporcionando um choque a sociedade e seres vivos.”*

A possibilidade de integrar o estudo de interfaces, no qual evidencia as centralidades e fronteiras urbanas das micro-regiões da cidades com as várias escalas, do global ao local, em planos de massa (masterplanning), mas principalmente com os padrões de movimento de pedestres, neste caso: o idoso e a segurança urbana, são fundamentais

pela configuração do espaço e pela posição de geradores da atividade, assim como definir os níveis da acessibilidade em espaços existentes e propostos.

6. Considerações Finais

A resolução da mobilidade urbana do idoso está associada à questão da independência e

recursos financeiros, devendo-se privilegiar a adaptação do ambiente ao idoso e não o contrário. Entretanto, o grupo de idosos também é constituído por aqueles que possuem uma independência assistida e aqueles que, por algum motivo, são dependentes de auxílio.

Identifica-se um dos grandes desafios de ampliação das políticas públicas, em especial quando se trata da população de baixo poder aquisitivo, tanto devido ao acesso aos cuidados inerentes a idade, quanto a mobilidade urbana de encontros suscetíveis na cidade e em seus espaços. O ambiente físico, embora não seja a maior causa de patologias e danos decorrentes do envelhecimento, exerce forte influência no aparecimento e na velocidade de mudanças decorrentes da idade, o que pode ser agravado quando o idoso fica recluso em seu espaço individual, ocasionado em inúmeras vezes nas mais diversas cidades brasileiras pela falta de mobilidade urbana, ou até mesmo insuficiente para atender a maior gama de pessoas com mobilidade reduzida, diminuindo ainda mais suas oportunidades de interação e qualidade de vida.

A análise até então realizada permite delinear uma situação relativamente abrangente e complexa demandando alternativas de ação pública voltada para a melhoria das condições de moradia dos idosos. Em muitos casos a iniciativa é preventiva, dirigida para a ampliação do seu período de independência. Nesses casos, embora o poder público não seja necessariamente o protagonista principal, tem um papel importante, de estímulo e catálise de iniciativas diversas voltadas à melhoria da rede de atendimento ao idoso.

É comum que as pessoas idosas queiram morar só ou com cônjuge/companheiro ou ainda co-residam com parentes que trabalhem durante todo o dia, sendo necessárias a modernização de serviços em domicílio e a criação de centros de convívio diurno, com opção de retorno para casa à noite, proporcionando ao idoso manter-se em sua residência tendo o necessário apoio externo. Outros exemplos como universidades abertas, grupos de convivência, turismo, cursos com profissionais capacitados para atender as demandas e exigências deste grupo, são alternativas presentes no mercado, todavia ainda em números pouco expressivos.

Identifica-se a conveniência de ampliar as alianças entre o poder público, a iniciativa privada e organizações não governamentais, na perspectiva de aperfeiçoamento e ampliação do leque de alternativas de atendimento ao idoso, principalmente no que se refere a manutenção de sua identidade com o local em que mora, sua cidade.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Leandro Marino Vieira. *Atuar sobre interfaces complexas*. Cap.5. Apostila de Aula, 2000.
- ASCHER, F. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- GLOSSARIO AMBIENTAL. *Qualidade de Vida – SAHOP*, 1978. Disponível em:
http://www.sds.am.gov.br/programas_02.php?cod=1068. Acesso em: 03/08/2006
- GONÇALVES NETO, J. *Morar só na terceira idade*. Jornal paulista – Comunicação UNIFESP, v. 15, n. 166.2002
- HORTA, V. *Processo de enfermagem*. São Paulo: EPU; 1979 (99)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em:
<http://ibge.gov.br/home/estatisticas/populacao/perfilidoso>. Acesso em: 08/08/2006.
- NERI, A.L. *Qualidade de vida madura*. Papirus. Campinas: 1993.
- NERI, A.L. & FREIRE, S.A. (Orgs.) *E por falar em boa velhice*. Campinas, SP: Papirus, 2000, 135p.
- Organização Mundial da Saúde – OMS. *Plano Internacional de Envelhecimento*. Espanha, 1998.
- _____. *Envelhecimento Ativo: um projeto de política de Saúde*. Espanha, 2002.
- Organização das Nações Unidas (ONU). *World Population Prospects. The 2000 Revision*, 2001.
- LANCHOTI, J. BRUNA, G. *Desempenho da mobilidade no espaço urbano construído na cidade de Ribeirão Preto(SP): uma proposta de avaliação*. p.197-208. In: PRADO, A. (orgs.) *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annabume, 2010.
- Ministério das Cidades (2006). *Guia PlanMob para Elaboração dos Planos Diretores de Transporte e Mobilidade*. Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana, Brasília, maio/2006.
- NTU (2006). *Pesquisa Mobilidade da população urbana*. Associação nacional das Empresas de transportes urbanos. Disponível em: <http://www.ntu.org.br/novosite/arquivos/RelatorioMobilidade2006.pdf> Acesso em 02nov2010.
- PAPALEO NETTO, M. *O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos*. In: FREITAS, E.V. et alii. *Tratado de Gerontologia*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2000.
- PESCI, Ruben. *La ciudad de la urbanidad*. Argentina: Kliczkowoski Publisher, 1999
- PLANO DE AÇÃO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO - NAÇÕES UNIDAS.
Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos.php>. Acesso em: 01/07/2010.
- PRADO, A. et al. *Cidade e Velhice: Desafios e possibilidades*. p.57-67. In: PRADO, A. (orgs.) *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annabume, 2010.
- ROLLA, A. *Violência afetiva e violência contra o idoso*. Disponível em:
www.mj.gov.br/senacsp/biblioteca/artigos/violen_idoso.html-40k. acesso em 30out2010.
- SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: USP, 2005.
- SPACE SYNTAX. Site http://www.spacesyntax.com/2009_General_Practice.pdf, acesso em 20out2010.